

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA - DAN

**Como ser índio no século XXI:
Práticas, saberes e meio ambiente
No Catu dos Eleotérios - RN**

Juarez de Brito Moisés Júnior

**Natal/RN
Dezembro 2008**

Monografia apresentada ao curso de graduação em ciências sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharelado em ciências sociais, com habilitação antropologia, sob a orientação da Professora Doutora Julie Antoinette Cavnac.

Natal/RN
Dezembro 2008

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Julie Antoinette Cavnac
(Orientadora)

Professor Doutor Edmílson Lopes Júnior
(Examinador)

Professora Doutora Luciana de Oliveira Chianca
(Examinadora)

Professora Doutora Irene Alves de Paiva
(Suplente)

I - INTRODUÇÃO	3
A pesquisa	4
II - O VALE DO CATU	6
A questão indígena em nível regional	6
Economia regional: a cana de açúcar	8
O Catu dos Eleotérios: o território.....	11
Núcleo habitacional	12
Áreas cultivadas.....	12
A mata	13
III - Atividades extrativas	15
Os usos da mangabeira	15
Alimentação:.....	17
Comércio	17
A borracha	19
A técnica da coleta e o processo da borracha	20
IV - A caça e a pesca; processos e ferramentas:	23
A caçada	23
Os animais caçados.....	23
Armadilhas	23
Conhecimentos relativos à caça.....	26
A pesca	27
A vara com ponta	27
V – CONCLUSÃO: SABERES LOCAIS E IDENTIDADE ÉTNICA	30

I – INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre determinados conhecimentos e práticas tradicionais relativas ao meio ambiente no Catu dos Eleotérios, localidade situada entre os municípios de Goianinha e Canguaretama. São atividades ainda praticadas ou já em desuso pela conjuntura atual, seja pela perda do valor comercial ou pelas restrições de utilização do ambiente, mas que caracterizam uma longa relação com aquele território.

Esta comunidade tem a característica peculiar de ser uma das três primeiras comunidades no Rio Grande do Norte a reivindicar uma identidade indígena. Participam desde 2002 de eventos públicos como índios, visitam regularmente os parentes da Baía da Traição, reserva indígena da Paraíba, exercitam a dança do toré e o tupi. Em suma, aparecem como principais atores da emergência étnica indígena ocorrida nos últimos anos no estado.

Iremos acompanhar o caminho escolhido pelo grupo nessa busca e indagar o que tem sido acionado para o auto-reconhecimento e a afirmação pública do grupo como indígena. A afirmação dessa identidade diferenciada aparece, antes de tudo, como sendo uma preocupação de ordem existencial, à procura das “raízes”, origens apagadas pelo tempo e ainda há pouco desconsideradas pelos próprios interessados. Ao mesmo tempo, ao aparecer na cena local como atores políticos, aplicam um ‘padrão’ regional de ser indígena. Iremos então nos perguntar o que é ser índio para o “povo do Catu”? Por que, hoje, os moradores sentem a necessidade do reconhecimento como indígena e quais são os elementos que são eleitos na procura de uma afirmação do grupo como indígena?

De fato, alguns aspectos específicos serão destacados nesse trabalho, as atividades extrativas, - os usos da mangabeira -, a caça, a pesca e as atividades agrícolas. Assim iremos descrever a utilização que a comunidade faz do seu território, cada vez mais reduzido ao entorno do núcleo comunitário: a mata onde caçavam, coletavam mangaba e outras espécies naturais que ajudavam a compor o seu cotidiano. Também, iremos analisar as modificações ocorridas na área em termos ambientais e em termos da sustentabilidade do grupo com a intensificação do plantio de cana de açúcar e a recém-criada reserva legal de mata atlântica.

Escolhemos descrever os saberes tradicionais e as práticas cotidianas de subsistência, sobretudo aquelas ligadas ao meio ambiente, mesmo com algumas em desuso, para pensar a questão da emergência étnica. De fato, pensamos que são os elementos centrais na definição de uma identidade local e que determinam a inscrição do grupo no local. Através dos discursos relativos ao uso do território e da descrição detalhada de algumas atividades de subsistência, iremos analisar elementos presentes na memória dos moradores de Catu, de forma a esclarecer as razões que sustentem a reivindicação de uma identidade indígena.

A pesquisa

A comunidade vem sendo acompanhada para realização desta pesquisa desde Junho de 2005, após a audiência pública realizada em Natal.¹ No final do ano de 2005, foi feita a primeira visita a localidade, para iniciar os primeiros contatos,

¹ http://www.mineiropt.com.br/conteudo/noticia_comentarios.php?id_noticia=4319

Ver o artigo “**No Rio Grande do Norte, três grupos reivindicam publicamente sua identidade indígena**” disponível em: <http://www.cimi.org.br/dev.php?system=news&action=imprimir&id=1296&eid=257>.

apresentações e a abertura das possibilidades de interação com o grupo. As visitas foram intensificadas durante 2006 e 2007, em busca da realização da pesquisa na comunidade. Neste ano de 2008, com a definição de objetivos mais consistentes, foi possível elencar os elementos que emergiram como marcantes e diferenciais para este trabalho, a saber, as atividades extrativas e as técnicas de caça e de pesca.

Durante o primeiro semestre deste ano, o foco do trabalho ficou bem mais definido como sendo as atividades tradicionais praticadas pela comunidade, que demonstrassem ao mesmo tempo o caráter da identidade étnica e uma estreita ligação com a memória indígena que o grupo mantém deles mesmos. A investigação foi realizada a partir de análises de material fotográfico produzido por mim durante as visitas e de entrevistas que foram realizadas com interlocutores privilegiados para falar do lugar.

As entrevistas foram feitas ao longo dos anos letivos 2006 e 2007, em visitas bimestrais ou trimestrais realizadas em Catu. Em particular, contamos com a participação de Vandrigercílio Arcanjo (Vando), Luiz Serafim, as senhoras Silvina e Eleonora Arcanjo, respectivamente tia e mãe de Vando, assim como Valda e Viana Arcanjo, irmãs de Vando. Com destaque para os relatos de Manoel Serafim (Seu Nascimento) se revelaram como contendo uma grande riqueza em detalhes por representar uma larga porção da memória da identidade reivindicada hoje.

Estas entrevistas realizadas foram catalogadas e analisadas, após a definição do objetivo cinco foram bases fundamentais, as fotografias também passaram por uma seleção para o enquadramento aos objetivos da pesquisa. A análise das descrições colhidas anteriormente à coleta do material audiovisual foi de

fundamental importância para delimitar o foco e possibilitar um melhor aproveitamento das várias narrativas em arquivos áudio-visual.

As narrativas dos moradores enfatizam a memória dos antigos que conheciam as matas e aproveitavam bem mais essa relação com a natureza para realizar atividades de subsistência, sobretudo as ligadas à caça, à pesca e à coleta nas mangabeiras. Por isso, descrever a realização de atividades que remetem a um cotidiano de um passado comum, possibilita o levantamento da memória dos mais velhos e a identificação dos mais jovens com essas memórias.

II - O VALE DO CATU

O rio Catu nasce no município de Goianinha, na parte mais alta e central da porção de mata protegida pelo IBAMA e reivindicada como sendo a mata desses índios que habitam as margens do rio. Atravessa o núcleo comunitário do Catu separando as cidades de Goianinha e Canguaretama, segue aproximadamente 25 km a leste de onde nasce para desembocar no Atlântico em Sibaúma. A região ocupa um lugar central na história colonial do Rio Grande do Norte, pela proximidade com o litoral, posição estratégica para plantação de cana-de-açúcar.

Trata-se de uma área bastante úmida, especialmente no entorno do rio, certamente por isso era adequado a ser povoada, especialmente por uma família indígena em busca de engajamento nas frentes de trabalho da cana, e tem registros documentais de ocupação das terras desde os primórdios da colonização. Nessas terras se firmaram os produtores de cana-de-açúcar, com a criação de engenhos manuais, depois transformados em usinas que estão em atividade até os dias de hoje.

No atual município de Canguaretama, se firmou o primeiro e o maior engenho colonial da região que dominava a economia e a política local, tendo um poder de decisão na antiga aldeia indígena de Vila Flor (LIMA, 1990). Havia ainda dois outros engenhos que tiveram destaque na produção de cana do período, e que estavam também no entorno de Canguaretama, o Engenho Jardim e o Bom Jardim, aonde, segundo dados da pesquisa de MOREIRA, 2007, os eleotérios

vieram a prestar serviços nas frentes de cana, sendo aí os primeiros indícios de sua povoação na região do rio Catu.

A questão indígena em nível regional

As pesquisas e/ou estudos produzidos no Rio Grande do Norte que exploraram com alguma especificidade a temática indígena dentro do estado ainda são poucos. Há dois anos foi introduzido na lei de diretrizes e bases da educação, que os livros de ensino fundamental e médio trouxessem conteúdos com referências a índios do nordeste. Mas isso não foi posto em prática, e os conteúdos ministrados ainda este ano, demonstram o vício de um passado de obscuridade e discriminação.

Eventos como o período que ficou conhecido como guerra dos bárbaros, assim como o “massacre de Cunhaú e Uruaçu”, são empecilhos de ordem moral que velam as iniciativas de tomada de consciência e auto-identificação. O uso da palavra índio sempre teve uma conotação pejorativa, relativa ao atraso com relação à civilidade nas mais diversas formas de interação, aquele com mal comportamento, era taxado de índio.

Como nunca foi tratada nas disciplinas de História do RN, a temática de índios no estado, e os contos populares diziam que todos os índios tinham sido massacrados, isso foi sendo absorvido e tomado como verdade. Assim, aqueles que subsistiram, e que de uma forma ou de outra, foram “misturados” a sociedade comum nos últimos quatro séculos de civilização americana, estavam destinados a desaparecer em breve por obra do esquecimento. Objetos e artefatos dos

indígenas do Nordeste brasileiro sempre estiveram presentes nos museus locais, especialmente nas sessões de arqueologia.

No Rio Grande do Norte encontramos poucas referências; A obra de Nestor Lima, tratando no séc. XX dos meados do séc. XIX, com textos bastante descritivos e com números estatísticos de vários municípios do estado, assim como relatos de comunidades étnico-rurais destacadas nesses municípios. No decorrer séc. XX, Cascudo em “Nomes da terra” e Hélio Galvão com “As cartas da praia” produziram textos poético-descritivos sobre comunidades rurais e suas peculiaridades.

Assim, como em outros estados do Nordeste, os indígenas foram considerados extintos com a promulgação da lei de terras de 1850. Decisões políticas dos administradores das cidades e comarcas foram tomadas, visando à incorporação dos territórios de povos declarados como desaparecidos, especialmente para o favorecimento de grandes proprietários de terra. A partir da década de 20 e até o final dos anos 50 do século XX, Pernambuco, Alagoas e Bahia, tiveram a demarcação de territórios indígenas, mas só com a Reunião Brasileira de Antropologia de 1975 em Salvador-BA, foi firmado um acordo entre a FUNAI e a UFBA para subsidiar programas assistenciais aos indígenas do estado baiano (OLIVEIRA, 1998-49).

No RN, não há ainda nenhuma comunidade reconhecida pela FUNAI oficialmente como remanescente indígena, apesar de terem iniciados oficial e publicamente os processos licitatórios para o reconhecimento em junho de 2005, a partir da primeira audiência pública tratando do reconhecimento de comunidades indígenas no estado, na assembléia legislativa. Participaram três comunidades; os

Caboclos do Assu, os Mendonças do Amarelão, os Eleotérios do Catu, assim como entidades afins; O Departamento de Antropologia da UFRN, militantes de movimento indigenista e de ONGs. Todos sob a batuta do mandato do deputado estadual de Fernando Mineiro.

Nas terras deste estado, assim como por todo o Nordeste do Brasil, a presença indígena foi discreta e residual até a década de 70. Ainda na década de 50, a relação de povos indígenas do Nordeste incluía dez etnias; quarenta anos depois, em 1994, essa lista remontava a 23. Segundo Eduardo Galvão (1979 [1957]: 225-226), a maior parte vive integrada no meio regional, registrando-se considerável mesclagem e perda dos elementos tradicionais, inclusive a língua.

Desde quando tem índio no Catu? Desde sempre dizem uns, desde a consolidação do engenho Bom Jardim dizem outros, alguns dizem: tem índio no Catu? E existem aqueles que desconhecem totalmente. “Os Eleotérios ocupam um espaço dos dois lados da margem do rio, dizem estar lá há quase 200 anos, que vieram três irmãos e uma mulher Tapuia e que todas as famílias descendem dessa presença inicial” (Palitot, 2005). A comunidade vem buscando reconhecimento desde fins da década de 90, mas nunca recebeu tantos ouvidos governamentais quanto vem recebendo da atual gestão federal, que criou uma secretaria para tratar de políticas públicas relativas a assuntos étnicos (SEPPIR).

Isso justifica esse inventário informal da memória, que vem sendo realizado ao longo dos últimos anos na comunidade, em busca do reconhecimento legal e seus benefícios governamentais. Como já escreveu Halbwachs, o processo de construção da identidade se realiza a partir de elementos selecionados pela memória do grupo, materializados e inscritos na paisagem natural (1990:138).

Através das narrativas de vários interlocutores, podemos identificar com bastante clareza, a memória coletiva do grupo, e talvez seja essa tradição oral o elo mais forte que os liga a esse passado étnico reivindicado atualmente. Pois é a partir das histórias contadas que vem sendo retomados antigos costumes, mesmo tendo em vista que algumas das atividades descritas não sejam mais praticadas, por imposições físico-geográficas, políticas ou outras inviabilidades da conjuntura atual, as histórias contadas são tanto razão de orgulho para os declamantes, como também aquilo que mais os liga ao passado.

Outros componentes na busca por esta validação são práticas na comunidade do Catu, assim como sugere Barth falando sobre a organização dos grupos étnicos, os grupos assumem elementos da cultura a que foram expostos e passam a se legitimar a partir dela (Barth, 2000, 22). Os índios do Catu atualmente mantêm um intercâmbio de costumes com os índios da Baía da Traição/PB, onde os mais jovens já aprendem a dançar um toré, prática não habitual entre os moradores do Catu. Foram ministradas ainda aulas de Tupi para Jovens da comunidade, essas aulas, que eram pagas pela prefeitura estão agora suspensas.

Economia regional: a cana de açúcar

O Catu dos Eleotérios está localizado num 'baixio' ou vale, na parte imediatamente posterior à nascente do rio homônimo. A margem à esquerda do sentido das águas está à jurisdição de Goianinha, enquanto à direita é localidade do município de Canguaretama, sendo estas as cidades do entorno leste do território onde se localiza a comunidade. As duas cidades se desenvolveram a partir das sesmarias ainda no final do séc. XVII, só vindo a se constituírem

enquanto cidades nos meados do séc. XVIII. O entorno a oeste da comunidade é compreendido pela mata e fronteiro aos municípios de Espírito Santo ao norte e Pedro Velho ao Sul.

Goianinha, antes chamada de goiana pequena, é diminutivo do nome da primeira grande cidade de Pernambuco a partir da entrada da Paraíba pela via BR-101, Goiana, a qual na época era conhecida como Goiana Grande. A palavra goiana vem do tupi-guarani e quer dizer abundância de caranguejos. No ano de 1635, a aldeia da área chamada Goacana ou Viajana (referente a atual Goianinha), figurava entre as seis maiores da capitania do Rio Grande do Norte, e era habitada pelos índios Janduís. Nos idos de 1687, segundo alguns historiadores, a região foi habitada por moradores brancos (Lima, 1990).

Canguaretama foi desmembrada da aldeia de Gramació e reconhecida como cidade em junho de 1858. Gramació era um núcleo colonizador jesuíta do séc. XVII, situada a uma légua da barra do Cunhaú, rio que dá nome ao primeiro engenho da região, o engenho Cunhaú. Hoje conhecida como Vila Flor, ainda guarda arquitetura característica da colonização jesuíta.

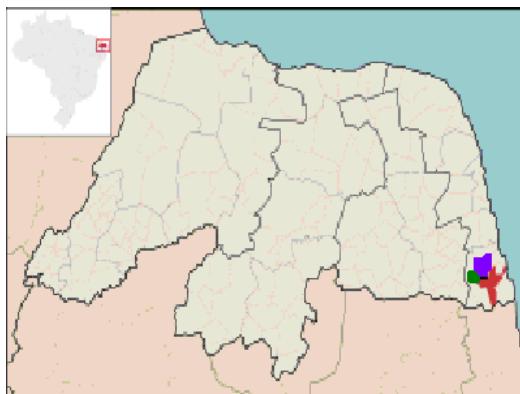


Ilustração 1 - Goianinha, Canguaretama, Catu e Mata.

Como no período colonial, hoje, a principal atividade econômica da região é a monocultura da cana de açúcar. Os empreendedores invadiram parte da mata e terras que antes eram território de uso comum. A usina Estivas, ao norte de Goianinha, município de Arêz, é a maior empresa que explora a cana de açúcar, seja em terras próprias, arrendamento ou por compra da produção dos agricultores das redondezas. Há pelo menos duas outras grandes usinas nas margens da BR-101, uma situa-se a 10 km ao sul de Canguaretama, no município de Baía Formosa e outra a 20 km da zona metropolitana norte de Natal, município de Ceará - Mirim.

A região onde está localizada essa comunidade faz parte da primeira zona açucareira do Rio Grande do Norte, segundo Nestor Lima, o primeiro engenho do estado foi na fazenda Cunhaú município da atual Canguaretama. A cana-de-açúcar é cultivada na região desde o século XVI, introduzida pelos portugueses, desde São José do Mipibú, por Arêz, Goianinha, Canguaretama, até Baía Formosa. Num percurso de mais de 60 km, a cultura da cana predominava, expondo a tendência que a produção da região tomaria durante o século seguinte e que ainda perdura até hoje, sem os antigos engenhos, mas com as terras tomadas pela cana, que a usina consome à velocidade da mecanização na colheita e refino.

O núcleo comunitário onde firmaram moradia ainda no final do séc. XIX era antes um local de difícil acesso, sem estrada ou mesmo acesso de carroça, e difícil de calcular a área que foi devastada para as plantações de cana antes da reserva legal que foi criada nesta última década de 90. Mas os acessos mudaram

bastante durante o século XX, o núcleo comunitário do Catu não é conurbado há nenhuma das cidades responsáveis pela sua administração, mas hoje há estradas relativamente boas para se chegar lá, pois os caminhos da usina transitam por todo o canavial que os rodeia.

Com toda atividade da produção de cana, envenenando solo com agrotóxicos que matam ninhos de pequenos animais no canavial, a proibição de atividades econômicas relativas ao aproveitamento da mata, pela declaração de reserva legal pelo IBAMA, a área de atuação das pessoas que desempenhavam atividades na mata foi praticamente cessada. Tendo em vista que há placas onde deixam bem claro ser crime a caça e a retirada de material, isso significou perda nas condições de sobrevivência da comunidade, assim como o afastamento das atividades tradicionais relativas ao ambiente.

O Catu dos Eleotérios: o território

O lugar onde se encontra o núcleo comunitário é separado da área urbana de Canguaretama, área urbana mais próxima, por uma larga faixa do *plantation* de cana, *O caminho que leva ao Catú atravessa um canavial por 4 km, até chegar ao rio Catú que divide Canguaretama e goianinha, (...). As pessoas de Canguaretama se referiam a eles como os 'catuzeiros', tratados discriminadamente como atrasados e arredios (Palitot, 2005).* As narrativas dos familiares estão sempre ligadas ao que contavam os mais velhos que habitavam nas matas, e a memória que se referem a como eles aproveitavam o ambiente no passado, da caça, da pesca, do extrativismo e da coleta nas mangabeiras realizadas na mata.

Núcleo habitacional

O número de residências na comunidade, em 2007 era de 152 unidades habitacionais e contava-se 174 unidades familiares (MOREIRA 2007, p. 76). No entanto, esse número é variável, pois em algumas reuniões públicas realizadas, como um encontro de algumas representações de indígenas do estado, com o presidente da FUNAI na Baía da Traição ainda este ano, foi declarado um número em torno dos 800 habitantes na comunidade. Habitam diferentes gerações e várias relações de parentesco estão presentes em cada unidade habitacional.

Na casa da família de Vando, por exemplo, moram duas irmãs sexagenárias, Silvina e Eleonor, Silvina não tem filhos e Nô é mãe de quatro, entre eles Vando que mora ao lado e Valda que mora com sua mãe e tia, assim como um dos filhos de Vando que vive lá. Este é um exemplo que não define a média, em geral moram mais de seis pessoas numa casa de dois quartos, sendo que nas habitações há sempre relações de parentesco com configuração como esta, onde moram irmãs, tias, sobrinhos, pais, filhos, avôs e netos, no mesmo lar.

Ao que diz respeito à forma como são construídas as casas, não se distinguem de habitações suburbanas das cidades, feitas de tijolo e cimento, com banheiro interno, todas receberam verbas para uma reforma que foi implementada no governo estadual de José Agripino, ainda hoje lembrado por esse feito da década de 80. Poucas conservam o que havia de original, o composto de barro (argila) e areia socado na armação de pau-ferro, amarrada de cipó que constituíam as casas conhecidas por aqui como de taipa e mais ao sul do país de pau-a-pique.

Sempre no quintal dos lares há alguma plantação, seja de hortaliças ou daquelas comuns ao comércio, depende mesmo da condição que o solo do quintal ofereça.

Áreas cultivadas

A área do Paul é localizada na região de vazante do rio Catu e caracteriza-se por um solo extremamente úmido e fértil, chega a brotar água de várias nascentes a margem das ruas que cortam a comunidade nas duas margens. Na memória e na fala das pessoas, diz-se que ali já se plantou de tudo, mas dos últimos anos temos o relato de plantações de bananeiras ao longo de toda a margem do rio que banha o núcleo habitacional, que eles chamam de Paul. Hoje o que predomina é a batata-doce e a mandioca, exatamente o que concentra a pouca atividade de agricultura realizada pelos moradores do Catu.

Os tabuleiros, ou terras de arisco são grandes áreas planas cobertas por vegetação nativa, das quais se destacam a massaranduba (*Manilkara salzmannii*) e a mangaba (*Hancornia speciosa*). Como vemos, os tabuleiros eram locais de extração de frutos, lenha, madeira para produção de carvão e cipós para fabricação de cestos e instrumentos de pesca. Atualmente, a área encontra-se quase totalmente devastada: segundo relatos, em 1985, a usina Estivas arrendou aquelas terras para plantar cana de açúcar. No pouco que resta da vegetação original, poucos são os moradores coletam material para a confecção de instrumentos e poucas frutas. Os tabuleiros litorâneos têm uma vegetação rasa lhes cobrindo, em áreas onde ocorreu intervenção humana.²

² Para uma descrição das atividades agrícolas e extrativas na região, ver Cavignac *et alli*. 2006

Com características opostas ao Paul, as regiões de arisco são mais secas e menos férteis, contudo também eram utilizadas para a plantação de pequenos roçados, mais próximos às unidades de moradia, sobretudo durante o inverno. A produção dos “roçados de arisco” destinava-se quase que exclusivamente ao consumo do grupo doméstico. Atualmente, com a crescente valorização imobiliária em Sibaúma, a maior parte da região do “arisco” foi vendida ou encontra-se à venda.

A mata

A região toda desde o litoral até oeste, quase no município de Espírito Santo, tem indícios da presença de mata atlântica, sendo que há não ser por pequenas faixas conservadas como quebra vento para a plantação de cana, toda a área foi devastada, com exceção da mata que compreende o entorno da nascente do rio Catu. Lá podemos observar a ocorrência de árvores de grande porte, exemplares de pau-brasil e gameleiras bastante desenvolvidos, assim como uma fauna bastante ativa.

Na nascente do rio, foi criada uma área de preservação ambiental pelo IBAMA. Trata-se de uma restinga de mata atlântica que os nativos não podem retirar madeira, animais ou qualquer outro recurso natural. Assim, entendemos porque o território tradicionalmente ocupado pelos moradores de Catu foi reduzido. Essas agressões; da plantação de cana, o processo de espoliação secular do território tradicional e as recentes proibições legais da mata, tem repercussões diretas sobre o bem estar da população local, sobretudo no que diz respeito à vida cotidiana e às atividades sócio-econômicas.

No dia do Índio deste ano, foi inaugurada nessa mata, uma trilha com aproximadamente 9 km, que já era utilizada pelos caçadores e coletores, só que para fins de turismo. Na ocasião estiveram presentes além do público das duas cidades vizinhas, uma comitiva vinda de uma faculdade em Campina Grande. Esta iniciativa recorre à atividade já realizada fortemente nos municípios vizinhos de Tibau do Sul e Baía Formosa, onde há a “Mata Estrela”, atualmente conhecida pelas belas lagoas, como a de Araraquara (Coca-Cola).

O turismo passou ao foco de algumas lideranças na comunidade, sem a exploração dos recursos da mata, vislumbram a utilização desse ambiente agora como uma fonte de divulgação de sua cultura e também de renda, mas ainda sem nenhum planejamento ou acompanhamento profissional, tampouco recebem financiamento das prefeituras para isso. No entanto essa inauguração da trilha foi em parte financiada com recursos da prefeitura de Canguaretama.

III - Atividades extrativas

As principais atividades ligadas ao extrativismo que foram evocadas por nossos interlocutores por serem tradicionais, são as ligadas em particular à coleta, beneficiamento e comércio da mangaba. Toda a manufatura do processo é feita a partir de conhecimentos desenvolvidos na comunidade, são técnicas aparentemente comuns, só que a maneira deles e o material que utilizavam para esses fins são extremamente originais e ligados à utilização do território.

A coleta e o transporte em cestas, o armazenamento em balaios, a confecção desses artefatos, tudo isso requer um conhecimento de técnicas e matérias comuns daquele habitat, por que é da mata que tiram todo material para esses fins.

Os usos da mangabeira

As mangabeiras fazem parte da memória no cotidiano das populações tradicionais no Nordeste, especialmente na área situada entre o Ceará e a Bahia onde há uma maior ocorrência da planta. A coleta de mangabas é uma atividade comum entre as comunidades que tiravam parte de seu sustento e subsistência da atividade extrativa, assim como o processamento do leite da mangabeira quando houve uma conjuntura favorável à atividade, isso pelo menos até a primeira década do século XX.

A palavra mangaba é de origem tupi e significa coisa “boa de comer”. A mangaba ou mangabeira pertence ao grupo das Dicotiledoneas, ordem

Gentianales, família Apocynaceae e à espécie *Hancornia speciosa* (Vieira Neto 1994). É uma árvore frutífera de clima tropical, nativa do Brasil e encontrada em várias regiões do país, nos tabuleiros costeiros e nas baixadas litorâneas do Nordeste, onde é mais abundante, até os cerrados das regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste.

De porte médio, possui de 2 a 8 m de altura, podendo chegar a até 10m. Dotadas de copa irregular, tronco tortuoso bastante ramificado e áspero, com ramos lisos e avermelhado. Toda a planta exsuda látex, por isso foi procurada como alternativa para o fornecimento de borracha as colônias britânicas no oriente, que enfrentavam problemas como o embargo do Japão, que impunha ao Ceilão, restrições quanto a vendas aos países inimigos, assim como a indústria bélica do início do séc. XX.

Segundo Hélio Galvão, a atividade de coleta é tradicional na região:

“Ainda hoje, andando pelos tabuleiros do Piquirí, do Catu, do Guaju, da Água Boa, de Ponta Negra, de Touros, as árvores adultas nos exibem as incisões, cicatrizes por onde derramaram seu leite. (...) estatísticas da exportação em 1905... pelo porto de Natal foram exportados 5.347kg de borracha de mangabeira, 120 kg originários do município de Canguaretama”. (GALVÃO, 1989:149).

Sendo Piquirí e Guaju, áreas de coleta dos municípios vizinhos respectivamente Pedro Velho e Tibau do Sul, portanto uma grande atuação de comunidades que participaram dessa conjuntura favorável à atividade.

No Rio Grande do Norte, encontra-se na faixa litorânea, em particular nos locais que não foram desmatados. Ao sul dessa faixa nos municípios de Pedro Velho Tibau do Sul, Espírito Santo, Cunhaú, Baía Formosa. Assim é na área da nascente do rio Catu, existe um grande número de árvores na parte de mata conservada e nos arredores, hoje Área de Proteção Ambiental pelo IBAMA e cercada pelos canaviais. Nestes locais há placas proibindo a caça, a retirada de madeira e a entrada, mas limites como cotas a retirada de frutos silvestres ainda não tem definição.

Podemos relacionar três atividades diretamente ligadas à mangabeira praticadas na comunidade do Catu, que descritas, expõe a maneira peculiar como eles lidavam com a árvore e a importante e a ligação com técnicas ancestrais em desuso nos dias de hoje. A primeira atividade é aquela da necessidade mais imediata, as formas como utilizam a mangaba na alimentação diária, seja da forma mais tradicional ou com os recursos atuais. As outras duas atividades são praticamente extintas por que fizeram parte de uma conjuntura do passado inviabilizada na atualidade por diversos fatores; trata-se do comércio da fruta in natura em grandes balaios artesanais e a extração do látex de mangabeira para fabricação de borracha.

Alimentação:

A mangaba pode ser consumida em qualquer refeição: no seu estado natural, se faz o suco e a polpa que pode ser congelada. No entanto, quando não existiam os processadores de alimentos ou liquidificadores o processo era mais demorado. A mangaba pode ser consumida sem nenhum preparo, sorvendo-se a fruta e

depois descartando casca e sementes, ou não. Como também adicionada à farinha de mandioca, amassada junto à farinha, como uma espécie de pirão, pois nessa consistência eles consomem puramente ou com algum açúcar, como também associado a outros alimentos nas refeições diárias. Assim ela pode ser consumida com cuscuz para refeição da manhã, com feijão para almoços e com batatas ou outros tubérculos como refeição noturna.

Perecedouras, as mangabas não podem ser guardadas de outra forma que não fosse através de doces e compotas, sendo assim bastante apropriada e consumida também nos intervalos entre as refeições como lanche ou sobremesa. A partir dos adventos tecnológicos da modernidade o consumo da fruta difundiu-se em nível global. Polpas, sucos e sorvetes, mas hoje na região não há incentivos à produção de mangaba e na comunidade do Catu só se utilizam as mangabeiras para consumo próprio ou algumas são vendidas em caixas reutilizadas nas feiras de Goianinha e Canguaretama, mas sem destaque que conte para renda da comunidade.

Comércio

Até os dias de hoje é feito um balaio para ser vendido no dia da feira em Canguaretama ou em Goianinha para o comércio *in natura* havia época, a atividade econômica se dava nos períodos de safra, sendo uma fruta de estação, silvestre, sem manejo praticado, os intervalos entre as colheitas são de meses, mas em geral três vezes por ano. Sendo assim, a atividade da coleta da mangaba é necessariamente uma atividade extrativista, onde coletor tem que andar até dezenas de quilômetros para encher o balaio que levará para a feira. Constam em

registros de áudio dessa pesquisa as imediações relatadas para coleta da mangaba nos tabuleiros da mata, os relatos contam andanças entre os municípios de goianinha Espírito Santo e Pedro Velho, a norte e sudoeste do núcleo comunitário.

A coleta da mangaba se dá carregando cestas que vão sendo preenchidas durante a caminhada pelo tabuleiro, por vezes atravessavam a mata para alcançar outros grupos das frutíferas que podem estar distantes quilômetros, de fato cada coletor carregava uma cesta ou mais, quantas for capaz. Quando a primeira era preenchida, podia ser guardada no percurso para se recolher no retorno, nunca sendo preenchidas por frutas que fossem por demais maduras, pois são fragilíssimas essas frutas e aquelas mais maduras só servem para consumo imediato.

Aquelas encontradas no chão embaixo da árvore são ideais para consumo imediato ou do dia, pois na natureza acaba seu processo de maturação no calor do solo. Já para o transporte e comércio são colhidas as que ficam no pé, pois estão “de vez” e não tem a mesma fragilidade das maduras. Isto é bom que fique claro, pois há de se tratar do modo de armazenamento e transporte das mangabas até a feira, processo isento de intervenção mecânica ou industrial, onde é necessário que não estejam maduras.

Com um número suficiente de cestas cheias para preencher o balaio, tem início o enfurnamento deste. “Colhido o fruto, quando de vez, é abafado para apressar o processo de maturação, com a evaporação do látex que a acompanha. Este processo chama-se enfurnar” GALVÃO, 1989. O lastro do balaio é coberto com uma camada de folhas de covaçu*, por inteiro, de forma que fique macio para

acomodação das primeiras mangabas, serão postas ali aquelas que foram as mais imaturas da coleta, aquelas mais verdes, pois são as que sairão por últimos do enfurnamento.

Após preencher todo o fundo antes coberto por covaçu e agora recoberto por mangabas verdes, outra camada de folhas de covaçu é espalhada por cima da anterior de mangabas verdes, formando assim um novo piso de covaçu e isolando a primeira camada desta que se seguirá com mais frutas. Depois dessa segunda camada de folhas de covaçu, novamente se dá preferência aquelas frutas que forem mais imaturas com relação ao todo que já sofreu uma seleção, e assim seguindo esse procedimento até se ter, dependendo do tamanho do balaio e da espessura dessas camadas, de cinco a sete porções de frutas em geral é o bastante para a capacidade do balaio, até antes de preencher por completo o balaio, possibilitando assim uma última camada de folhas, em torno de 80% da capacidade máxima do balaio até para que as frutas não sejam esmagadas camada a camada pela pressão, e para que a última camada seja bem recoberta pelas folhas para garantir um enfurnamento eficiente, pois ali ficaram por dois ou três dias até a chegada na feira.



Ilustração 2 - Covaçu ou coaçu.

A coleta é feita com base no dia da venda na feira, pois as frutas não podem passar o quarto dia enfiadas, pois podem passar do ponto e começam a apodrecer. O ideal é que seja enfiada de dois a três dias antes de ser levadas a feira, onde será aberto o balaio e iniciadas as vendas. Vendiam por medida de latas de óleo, e antes disso eram cuias ou cabaças cortadas ao meio, como medida padrão para venda e negociação com mangabas. E assim ia se esvaziando o balaio de mangabas ao longo do dia, quando acabava cedo voltava de balaio vazio ou vendia o balaio também, quando chegava o fim do dia e sobrava, faziam qualquer troca ou negócio para que não voltassem com a mercadoria de volta para casa.

A borracha

Para a fabricação da borracha da mangabeira, houve um contexto histórico favorável, correspondendo à crise de abastecimento do mercado mundial ao longo

do século XX, sobretudo durante a segunda guerra mundial.³ O que temos aqui são registros coletados em entrevistas e vivências junto ao grupo, além de uma descrição de Hélio Galvão. A interlocutora principal para composição dessa descrição foi D^a Silvina; chamada de 'vina', antiga praticante das extrações, dizem que sua mãe chegou a ter mais de trinta funis, e que isso significava muito, poucas pessoas tinham tantos, mas de fato, várias famílias praticavam a atividade, nas comunidades e nos municípios vizinhos.

A técnica da coleta e o processo da borracha

Eram fundamentalmente necessários dois instrumentos de campo, que não pudemos ilustrar, pois isso já não tem mais em seu cotidiano há muito tempo. A "Gúiva"; ferramenta pontiaguda, mas não afiada, usada para rasgar o caule fazendo as secções em "V", do tamanho de uma faca de cozinha comum, em ferro, com uma extremidade pontiaguda e outra enrolada com borracha formando o cabo. Não dispondo de foto, pois hoje na comunidade não se encontra uma sequer. E os funis, que eram inseridos ao pé do corte em V para recolher o que escoava dos talhos feitos no caule. Necessariamente feitos em metal como zinco ou latão, produzidos artesanalmente pelos próprios coletores ou mesmo adquiridos na feira. Dispostos em posição que possam aglomerar o leite que escorre e conduzi-lo a um recipiente que o acumulava ou o mesmo funil tinha seu fundo, lado mais estreito, obstruído para acumular os líquidos.

³ Não existem pesquisas específicas sobre o assunto: as cidades de Goianinha e Canguaretama ainda não disponibilizam de acervos de pesquisa e as fontes são pouco acessíveis (localidades, condições da extração, estatísticas do comércio na região, período de decadência da atividade, etc.)

Não usavam instrumentos afiados como a faca por uma razão prática, esse tipo de instrumento ao cortar o caule, é de tal forma incisiva, que dos seus cortes não brotam tanto leite quanto do instrumento sem fio, a 'Gúiva'. Como rasga a camada superficial da árvore, dificulta a "cicatrização" ou coagulação e permite que escoe mais leite. Em geral, são feitos três cortes por árvore, dois em formato de V para escoamento de leite, é um na horizontal para fixação do funil que ficava fincado à intercessão do corte em V acima.



Ilustração 3 - Dona Silvana recolhendo a seiva da mangabeira.

Os incrementos do preparo:

Dois elementos são fundamentais ao processo de beneficiamento do leite em borracha, o bicarbonato de sódio e o sal grosso, pois são adicionados ao líquido em proporções que variam de acordo com a quantidade de leite, mas a proporção entre o sal e o bicarbonato são as mesmas segundo D^a. Silvana.



Ilustração 4 - Manufatura do leite de mangaba (Dona Silvina e Vando).

Os funis são fincados nos caules ao raiar do dia, pois quanto mais tarde iniciar o processo, menos leite poderá brotar, já que o aumento da temperatura ambiente causa as mangabeiras um aumento na capacidade de coagulação e conseqüente fechamento dos poros, brotando menos leite à medida que sobe o sol. Dispostos nas árvores segundo uma ordem de conveniência à situação, mas o seu recolhimento se dá de acordo com a ordem de distribuição, aquele que foi fincado primeiro será recolhido antes. Assim eles vão sendo recolhidos, e um a um o conteúdo dos funis é depositado num recipiente maior e único. Depois de recolher todos os funis que foram espalhados pelo tabuleiro de mangabeiras, e aglomerá-los numa só bacia, serão adicionados o sal e o bicarbonato para coagulação e formação da manta de borracha crua, pois aqui a borracha não sofrerá processo de cozimento ou defumação.

Trata-se, portanto de uma borracha crua, com consistência bastante semelhante às borrachas conhecidas, segundo relatos, era utilizada para fabricação de pneus de aviões, mas não há informações concretas que confirmem

isso. De fato o processo é lento e requer muito trabalho para obtenção de pouco produto. Na experiência registrada para pesquisa, foi recolhido aproximadamente 20 ml de seiva bruta, que foi o bastante para fazer uma manta do tamanho do fundo de uma lata de sardinha, o sal e a pedra hume fazem com que a seiva libere a água, adensando a mistura e diminuindo o volume final.

Era bem demorado esse processo de extração e aproveitamento do leite, mas pela conjuntura da época valia muito a pena empregar toda mão-de-obra disponível. E se punham a ferir as mangabeiras famílias inteiras, espalhando seus funis pelo tabuleiro ao raiar do dia, para em seguida reunir toda a seiva e produzir a manta que posteriormente seria vendida no comércio de Canguaretama.

IV - A caça e a pesca; processos e ferramentas.

“O bicho homem pega os outros bichos caçando é na covardia, nas fraquezas deles...” (Seu Nascimento, 24 / 08 / 2008).

A caça e a pesca são técnicas que foram fundamentais para as manifestações da memória ancestral na comunidade. Na caça só os homens participam, pois é sempre tratado como trabalho duro e que requer coragem. Aproxima o homem do animal na medida em que requer conhecimentos bastante específicos sobre as rotinas e as “veredas” das presas, assim como requer a utilização e bom conhecimento do território para retirar dali os elementos necessários à construção dos apetrechos utilizados nessas atividades que se seguem.

Segue uma descrição elaborada de duas entrevistas feitas com caçadores, que nos contaram um pouco de suas artimanhas no encaço de alguns animais silvestres.

A caçada

A caça, no Catu, não foi destacada como uma atividade que fosse geradora renda, pelo contrário, sempre falavam em sustento, alimentação para família. Aqueles que foram ou são caçadores falam dessa posição com um orgulho velado, muitas vezes até de uma forma escabriada. Mas os que se expressam mais sobre o assunto se mostram orgulhosos, entusiasmados. Diferente da caça, a pesca não era uma atividade restrita aos homens, tendo uma participação efetiva das mulheres. E assim como as outras atividades destacadas, expõe os recursos retirados da mata para composição dos instrumentos utilizados. Hoje, com a demarcação de uma área de preservação ambiental, existem proibições relativas à caça.

A caça tem o caráter exclusivo de ser uma atividade masculina, sem faixa etária específica para se iniciar, os jovens caçadores são “convidados” pelos mais velhos a caçar num reconhecimento a maturidade que alcançam. Não há nas práticas iniciais da caçada, nenhum tipo de ritual de iniciação que tenha sido relatado, tampouco é necessário ser filho de caçador para se tornar caçador, demonstrando assim que não há uma família que se destaque com especificidade.

Para sair á caçar reúnem-se em pares ou em grupos de 3 ou 4, não mais para não tumultuar. Não necessariamente parentes, mas amigos ou agregados ao grupo participem dos momentos de caçada, mas vale ressaltar o destaque para

aqueles que pertencem ao mesmo núcleo familiar, já que muitas informações sobre essas rotinas dos animais são transmitidas no dia-a-dia em conversas cotidianas. Para ser bem sucedido numa caçada, o caçador deve colocar a armadilha no lugar certo, para isso é necessário ao caçador ter um conhecimento prévio dos hábitos dos animais. Sendo que cada bicho tem um comportamento, logo um bom caçador tem que concentrar conhecimentos específicos bastante variados.

As técnicas de caça relatadas aqui são baseadas no princípio citado por Seu Nascimento na epígrafe: a caça é realizada praticamente apenas através de armadilhas. Os caçadores usam diversos tipos de armadilhas que iremos descrever aqui.

Armadilhas

São várias as armadilhas presentes na memória, outras ainda estão em uso, como a arapuca, o forjo, o visgo. A arapuca é de longe a mais comum e usada nas caçadas, pois ela pode ser feita até mesmo durante a empreitada, com cipós e na medida da caça que se pretende capturar. Pássaros, mamíferos, lagartos, répteis, quase tudo se pode capturar com esta armadilha. O tamanho varia de acordo com as pretensões de presas, mas também varia o nível de atenção que se tem que dedicar a cada arapuca de acordo com a caça.

A Arapuca

De acordo com um caçador ilegal ainda em atividade; Quando se arma a arapuca para o tamanduá é imprescindível a utilização do chocalho, que fica

pendurado dentro da arapuca, em seu galho mais alto para que, uma vez capturado o animal esbarre naquilo ao se mover dentro da armadilha. Isso favorece ao caçador, pois se demora o animal é capaz de romper cipó ou barbante que prende a armação da arapuca desmontando-a por completo e fugindo. Isso pode acontecer com um preá também que segundo contam, quando se sente acuado sua primeira providencia é usar seus dentes, e a coisa mais fácil será o barbante ou cipó da armadilha. Sendo assim necessária uma agilidade maior quando você está tentando capturar através da arapuca animais roedores ou escavadores como cutia e preás ou tamanduás e tatus.



Ilustração 5 - Arapuca armada.



Ilustração 6 - Detalhe do gatilho.

O 'visgo'

Trata-se de uma armadilha exclusiva para aves de pequeno porte, geralmente capturadas para o comércio das aves silvestres. Trata-se de uma substância produzida a partir da seiva bruta de árvores como o cajueiro, de onde eles retiram a substância cristalizada em pequenas porções, colocam-na em algum recipiente que vá ao fogo, de barro ou alumínio, adicionam água para que ocorra o cozimento da seiva, que se liquefaz. É adicionada uma medida mínima de farinha na mistura, como o amido, para dar mais consistência e impedir que cristalize novamente. Assim é obtida uma mistura pastosa e pegajosa que é espalhada por sobre galhos nas proximidades do ninho, o pássaro ao pousar sobre a substância não consegue alçar vôo novamente e é facilmente capturado.

O forjo

É uma armadilha com tecnologia bastante simples. Cava-se um buraco quadrado, que caiba uma pessoa em pé e deitada longitudinal e transversalmente no plano baixo, como um alçapão, cobre-se a abertura com elementos da vegetação ao redor. Aí poderão cair desde animais de grande porte como felinos, cervídeos, tamanduás, como também roedores e aves de médio porte. Da gama de animais que podem cair dentro do forjo, os que têm mais chance de escapar são os tatus, que são capazes de escavar para a lateral do buraco até saírem na superfície, por isso mesmo a campana dos caçadores ao forjo, é fundamental para uma caçada bem sucedida.

As caçadas podem ser a qualquer época ou horário, isso de acordo com o objetivo do caçador, sendo que as variações podem ocorrer de acordo com os

hábitos do animal a ser caçado. Portanto a partida para a caçada já pressupõe a caça que se pretende buscar, é função do caçador conhecer cada um dos bichos e seus hábitos para maior eficiência em suas buscas.

Conhecimentos relativos à caça

De uma maneira geral o melhor período para caçar é aquele da lua 'parda', com menos luz. Durante a lua cheia os animais são mais cautelosos devido à ação dos predadores naturais. Os equipamentos mínimos são botas, calças, camisas de manga longa e chapéu, em se tratando de utensílios, levam as armas que tiverem; baladeira (estilingue), armadilhas, espingardas, facas, facões, candeeiro (lanterna), etc., mas sempre contando com pouco peso para que se possa aproveitar ao máximo a agilidade dos caçadores. Nunca se vai desacompanhado, logo um parceiro esta sempre contando com partes do equipamento que o outro tem; (se alguém leva uma pá os outros levarão outras ferramentas, alternando seu uso durante a empreitada).

A duração da caçada vai depender da sorte ou eficiência dos caçadores e isto poderá levar desde algumas horas até alguns dias, muitas vezes a trilha de um bicho é seguida até ele ser encontrado, mas às vezes consegue a fuga e os caçadores mantêm a perseguição. Alguns dizem que mesmo nos dias de hoje é muito difícil entrar na mata e sair de mãos abanando, que apesar de tanta cana e diminuição do contorno original da mata, ainda há muita vida, biodiversidade.

A pesca

Não temos relatos de pesca para fins de comércio, pois essa atividade era ligada à subsistência das famílias dos pescadores. As mulheres atuavam na pescaria sem restrições, praticando a atividade à conveniência cotidiana, ou seja, sendo necessária a mulher ia à pescaria. Contudo, o rio que banha o Catu é estreito e as espécies de peixes presentes são de pequeno porte, mas há outros locais de pesca nos arredores sendo necessário o deslocamento até essas áreas.

Haviam alguns artigos especialmente usados nas pescarias e que eram confeccionados por eles, instrumentos que lhes serviam para o sucesso nas buscas por peixes. Trata-se de objetos e técnicas bastante comuns em vários lugares, se observados formatos e utilizações, mas todo o material para confecção era retirado da mata, portanto moldados à forma deles. Nos relatos sobre pescaria que conta seu Nascimento, a vara de pesca era um instrumento utilizado, assim como redes e sacos vazios grandes de farinha ou açúcar. Limitaremos a descrição de três formas bastante peculiares de pesca: a vara-de-ponta, o covo e o choque.

A vara com ponta

A vara é um bastão delgado de madeira, em geral com mais de um metro e meio, com ponta talhada à faca de maneira bastante regular para que não enfraqueça e se quebre no uso, mas que possa ser aguda o bastante para penetrar no peixe ao menor golpe. O pescador utiliza esse instrumento à mão livre, observa e se dirige até a área onde foram vistos peixes que possam ser transpassados pelo golpe da vara, entra na água calmamente para não 'mexer' e espera. Assim que o primeiro e descuidado peixe entra no raio de ação da vara, o

pescador desfere um golpe diagonal de cima para baixo que atravessa a barriga do peixe, espetando-o.

O Covo

É bastante conhecido na pescaria da lagosta, mesmo com todo aparato de sonar e mapeamento das áreas de pesca, especialmente, na indústria pesqueira do Ceará, essa armadilha artesanal ocupa quase todos os conveses da maioria dos barcos de pesca cearenses. É uma armadilha de formato retangular ou cilíndrico, onde a presa entra e tem dificuldade de achar a saída. O tamanho varia de acordo com a pretensão da pesca ou profundidade do rio. É colocado onde a água possa cobri-lo totalmente geralmente tem uma só abertura com formato cônico, onde a parte maior é por onde a presa tem acesso a armadilha, ao atravessar o cone e passar pela parte mais estreita o retorno é muito difícil e a presa fica enjaulada, perdida dentro da armadilha sem achar a saída. No Catu é utilizado para pesca de crustáceos artrópodes e peixes que se aventurem à entrada. O covo fazia parte de alguns objetos confeccionados pelo povo do Catu que eram comercializados nas feiras, demonstrando o reconhecimento que recebia pela eficiência.



Choque e Covo (foto de Esther Katz).

O choque

O choque funciona como a tarrafa (rede de pesca manual comum). Construído com galhos estreitos de aproximadamente 80 cm, bem retilíneos e verdes, com as pontas inferiores aguçadas à faca, tem formato cônico com grande abertura inferior e na parte superior uma abertura um pouco mais espessa que um punho. É amarrado com barbantes ou cipós em três pontos; a parte superior, a borda mais estreita, é toda recoberta pelo cipó ou barbante, pois ali é um ponto onde necessita de maior firmeza para a pegada e o arremesso; na parte intermediária, onde uma cinta circunda todo, amarrando todos os galhos mantendo estreita a trama; assim também é amarrada a maior abertura, a inferior, mas não pela borda, que é fundamental estar com as pontas dos galhos a mostra para que se fixem no chão com o arremesso. Como já foi dito, a utilização é a mesma da tarrafa, arremessa-se o choque que cai sobre a presa encarcerando-a no ato. A abertura superior é utilizada para se retirar o peixe, pois em geral é utilizada para pescar

peixes, mas se houver algum outro animal que possa ser capturado ao alcance do choque, normalmente será predado.

Artefatos

Os instrumentos utilizados para coleta, comércio e transporte das frutas e da seiva da borracha eram fabricados pelos moradores do Catu.

O balaio é de grandes dimensões, de um metro a um metro e meio de diâmetro e de 50 a 80 centímetros de altura, sem cobertura, em geral para ser levado na cabeça ou em animais;

Colocar os créditos das fotos



A cesta é pequena, com diâmetro de 70 a 100 cm e altura máxima de 50 cm, com alça e sem tampa, para ser transportada a mão livre, o que difere a cesta do sabará e uma tampa que cobre a abertura no sabará, que tem pequenas dimensões, e alça naturalmente podendo ser transportado a mão livre.



O Sabará é exatamente como uma cesta, só que tem tampa. Confeccionada nas mesmas mediadas de uma cesta, a tampa tem a função de manter preso o que estiver lá dentro, para que não caia ou fuja com o transporte.



*4

V – CONCLUSÃO: SABERES LOCAIS E IDENTIDADE ÉTNICA

“A memória é um fenômeno construído e é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, na medida em que ela é fator extremamente importante no sentimento de continuidade e coerência do grupo em sua reconstrução de si”.
(POLLAK: 1992, 8).

As práticas da caça, da pesca, assim como as atividades extrativas associadas à fabricação dos instrumentos usados no cotidiano tiveram que ser abandonadas, em parte por causa da criação da reserva natural pelo IBAMA e de propriedade da usina. A depredação causada pela limitação da atuação dos habitantes em seu

⁴ Todas as fotos contidas no trabalho foram feitas pelo próprio autor, com exceção para a foto cedida gentilmente pela professora Esther Katz.

próprio território enfraquece a memória da identidade. A atuação de Seu Nascimento caracteriza o 'despertar indígena' que encontramos em terras potiguares e parece ser o resultado de um processo individual de tomada de consciência (CAVIGNAC 2003). Assim como Luiz Serafim e Vando Eleotério, primos e moradores da comunidade, que exercem uma nítida liderança, são os representantes dessa tomada de consciência no despertar para as aberturas do governo federal às minorias reconhecidas.

Para pensarmos uma relação entre o processo de reconhecimento e as memórias narradas por seu Nascimento, assim como todos os moradores da comunidade, a recorrência ao processo de etnogênese como propõe Bartolomé é fundamental; a etnogênese apresenta-se como processo de construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva (Bartolomé 2000^a), a ação coletiva nesse caso é o reconhecimento do passado comum a partir das histórias contadas e de algumas práticas demonstradas especialmente para composição dessa pesquisa.

Uma das lutas das sociedades nativas do presente é a de se constituírem como coletividades, como sujeitos coletivos, (...) Trata-se da criação de um novo sujeito histórico, de uma etnogênese cuja cristalização poderíamos chamar de "Povos Indígenas"-, entendendo-os como "nações sem Estado" (Bartolomé 2000).

O Catu da caça, do extrativismo e artesanato ficou para trás. Hoje as famílias têm na sua principal fonte de renda os programas de assistência federais e o pequeno comércio de hortaliças cultivadas em modelo de agricultura de subsistência. A usina, aquela que empregava massas de trabalhadores no

passado, hoje reduz seus contingentes de trabalhadores pela mecanização na colheita da cana. No nordeste, contudo os índios eram sertanejos pobres e sem acesso a terra, bem como desprovidos de fortes contrastes culturais. (OLIVEIRA, 1998, 52), um quadro da renda do Catu atual mostraria famílias que subsistem a partir de rendas assistenciais do governo federal, como é comum a 23 milhões de nordestinos.

O momento histórico que presenciamos, o processo de reconhecimento como grupo indígena, é uma oportunidade privilegiada para a realização de uma investigação antropológica. Assim o levantamento de uma memória na reivindicação de uma identidade indígena, possibilita a ligação com o passado local. A busca, através das narrativas que invocam sutilmente um passado indígena, elementos presentes no cotidiano, no ambiente e no imaginário, é uma tarefa cara à antropologia. O interessante é que esses elementos não foram escolhidos pelas lideranças para alcançar o reconhecimento público de uma identidade e uma história diferenciada.

As atividades aqui descritas, descritas a partir dos relatos colhidos em campo, não estão em destaque quando se trata do processo de reconhecimento que a comunidade vem experimentando. Há algumas metas estabelecidas pela FUNAI que tem sido o alvo onde se concentram os esforços na busca pela validação dessa identidade; o exercício do toré, que interlocutores como Dona Silvina desconhecia de tempos passados, vindo com certo desdém, assim como as aulas de tupi, que os antigos não confirmam a utilização dessa linguagem no passado, são as mais recentes atividades incorporadas após alguns conselhos dos

intercambistas da Baía da Traição, que cobram ainda uma titulação deles enquanto etnia já reconhecida.

Atualmente, a comunidade do Catu busca uma autonomia nessa empreitada pelo reconhecimento étnico, querem livrar-se da tutela de representações institucionais para poder receber o reconhecimento legal e os direitos que lhes são reservados por lei na qualidade de grupo indígena.

Mas por que não tem acionado essas práticas como referência que evidencie o seu passado ainda não ficou muito claro, a concentração nas metas que a FUNAI impõe às certificações de identidade étnica estreita a visão das lideranças.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício A. **Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional**. Estudos históricos, história e região, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15. 1995.

_____. **A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. *Mana*. [on-line]. Out., vol.3, no. 2 [citado 26 Abril 2006], p.7-38. [Disponível no site: <<http://www.scielo.br/>>], 1997.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: Poutignat, Philippe; CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra. Geografia, história e Toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CAVIGNAC, Julie. **A etnicidade encoberta: "índios e negros" no Rio grande do Norte**. MNEME – revista de humanidades. V-4 nº 8 abr./set. 2003.

CAVIGNAC, Julie; LINS, Cyro Holando de Almeida; MOREIRA, Stéphanie Campos Paiva; MAUX, Augusto Carlos de Oliveira. 2006. **Uma Sibaúma só! Relatório antropológico da comunidade quilombola de Sibaúma (RN)**, Natal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN.

LIMA, Nestor. 1990 [1937-1942] **Municípios do Rio Grande do Norte**, Coleção Mossoroense, serie C, DXCVI.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial no nordeste indígena**. Rio de Janeiro: LACED, 2004.

STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998.

VIEIRA NETO, R. D. **Cultura da mangabeira**. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1994.

16 p. (Circular técnica, 2).